A FUNÇÃO DO ATELIÊ NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCIANA RUFINO

RESUMO

Considerando a Educação Primária como uma das esferas fundamentais estabelecidas pela normativa nacional do Brasil, as crianças devem ter a oportunidade de participar de práticas que não apenas impulsionem seu crescimento intelectual, mas também fomentem o fortalecimento de sua autonomia e singularidade. A fase inicial da vida requer especial dedicação e zelo. No presente momento, o Brasil tem concentrado esforços nesse domínio e, graças a algumas medidas significativas, tem se destacado na formulação de diretrizes governamentais com o propósito de proporcionar uma existência mais gratificante e amplas oportunidades para o desenvolvimento abrangente das crianças. É evidente que a Educação Primária tem feito consideráveis progressos. Observa-se que as instituições de cuidados infantis e pré-escolas atuais têm se adaptado a uma abordagem que respeita esses princípios, não se limitando mais a suprir apenas as necessidades básicas, mas também buscando estabelecer uma educação que promova o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social dos pequenos, conforme expresso neste documento. No entanto, são numerosos os obstáculos que persistem no atendimento às crianças nesse nível de ensino, tais como a antecipação da escolarização, assistencialismo doméstico, ausência de critérios pedagógicos, processos que excluem e perpetuam a desigualdade educacional, entre outros exemplos.

Palavras-chave: Autonomia; Educação Primária; Singularidade.

INTRODUÇÃO

Em relação aos ambientes destinados à Educação Primária, o PCN estabelece um dos seus propósitos como sendo o de "assegurar ambientes físicos, equipamentos, brinquedos e materiais apropriados nas instituições de Educação Infantil, levando em consideração as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural" (BRASIL, 2006a, p.19). Percebe-se que esse documento demonstra preocupação com a infraestrutura das instituições, a ponto de estabelecer isso como uma das suas metas.

Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a: - espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; - instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; - instalações para preparo e/ou serviço de alimentação; - ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo; - mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; - adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais (BRASI- PCN, 2006a, p. 21-22).

É possível constatar que esse texto evidencia uma preocupação com um ambiente que seja capaz de atender às diversas necessidades das crianças, um espaço propício para interação, sociabilização e aprendizagem, aspectos fundamentais a serem vivenciados nessa fase do desenvolvimento.

É relevante destacar que espaço e ambiente, embora estejam relacionados, são conceitos distintos. No âmbito da Educação Primária, o espaço é caracterizado como os locais nos quais as atividades são realizadas, englobando materiais didáticos, estética e mobiliário, podendo ser tanto ao ar livre, como um parquinho da instituição, quanto a própria sala de aula. Por outro lado, o ambiente se configura como um lugar social, composto pelas dimensões do tempo e do espaço construídas por meio das relações interpessoais. Nesse contexto, Cocito destaca a definição desses dois conceitos com base nas ideias de Forneiro.

Desta forma, para definir o conceito de espaço e ambiente nos embasamos nas ideias de Forneiro (1998). A autora, ao abordar o conceito de espaço, destaca que "[...] refere-se ao espaço físico, ou seja, aos locais para a atividade caracterizados pelos objetos, pelos materiais didáticos, pelo mobiliário e pela decoração" (FORNEIRO, 1998, p.232). Ao definir o conceito de ambiente, Forneiro (1998, p. 232-233) o considera como "[...] o conjunto do espaço físico e às relações que se estabelecem no mesmo (os afetos, as relações interpessoais entre as crianças, entre crianças e adultos, entre crianças e sociedade em seu conjunto" (FORNEIRO, apud COCITO, 2017, p.87)

As experiências estabelecidas nos espaços e ambientes educativos proporcionam à criança a oportunidade de adquirir uma variedade de vivências. Para isso, é essencial que o educador estabeleça uma relação de intercâmbio, tanto com as crianças, quanto entre elas e suas famílias, pois é por meio dessas interações que elas estão explorando

e conhecendo o mundo ao seu redor.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) destacam que as brincadeiras e interações devem ser consideradas como elementos estruturantes das práticas pedagógicas, uma vez que proporcionam diversas experiências significativas para o desenvolvimento das crianças. Algumas dessas experiências incluem: o conhecimento de si mesmas e do mundo; o acesso a diferentes formas de linguagem, como verbal, visual, teatral e musical; a interação com a linguagem oral e escrita; a curiosidade, o encantamento e o questionamento em relação ao mundo físico e social; a vivência com outras crianças e culturas, estimulando o conhecimento da diversidade, entre outras. Quanto mais enriquecedoras e preparadas forem essas experiências, maior será o benefício para a criança.

Essas experiências e vivências adquiridas ao longo dos anos na Educação Infantil permitem à criança a construção de conhecimentos socioculturais, representando um momento oportuno para o desenvolvimento da cognição e da afetividade.

De acordo com Vygotsky, há uma relação recíproca e dialética entre o indivíduo e a sociedade. O indivíduo atua no ambiente, modificando-o, ao mesmo tempo em que é modificado por ele. Esse ambiente sociocultural desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento pelas crianças, no qual as aprendizagens são construídas por meio das interações com os outros.

INTERAÇÃO SOCIAL

Quando as crianças interagem socialmente com seus pares, com a orientação de um profissional que proporciona uma variedade de atividades em grupo, elas têm a oportunidade de adquirir "diversas maneiras de expressar suas emoções e desejos, de conversar e negociar com argumentos e objetivos" (GOIÂNIA, 2014, p.32). Isso indica que esse é um momento propício para o desenvolvimento social da criança, pois ao inseri-la em um ambiente educacional, estamos apresentando o mundo a ela e possibilitando que ela vivencie uma diversidade de experiências, o que a tornará mais enriquecida e preparada.

Nesse contexto, vale a pena explorar a concepção de criança apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

> Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI 2010, p12)

A fim de que as crianças ampliem seus conhecimentos e desenvolvam seus processos mentais mais avançados, é essencial que haja uma mediação intencional para possibilitar progressos além do conhecimento já adquirido. Nas instituições de Educação Infantil, é o professor quem desempenha o papel de mediador, valorizando e promovendo o brincar como a principal forma de trabalho e aprendizado para as crianças.

A brincadeira contribui para a aquisição de diversas aprendizagens. Por meio dessa atividade, podem ser desenvolvidas as funções mentais superiores que distinguem os seres humanos dos animais. De acordo com Nunes e Silveira (2011), Vygotsky afirma que existem dois tipos de funções: as elementares (como memória imediata, atenção não voluntária, percepção natural etc.), que ocorrem por influências ou estímulos do ambiente, e as superiores (como memória voluntária, atenção consciente, imaginação criativa, pensamento verbal, etc.), que são estabelecidas por meio da cultura. Essas funções são construídas no curso do desenvolvimento psicológico da criança, sendo que a brincadeira desempenha um papel fundamental na sofisticação do pensamento infantil. Nesse sentido, Goiânia (2014) destaca que:

> As crianças desenvolvem seus processos psicológicos superiores por meio da atividade, o que possibilita a elas se apropriarem do pensamento simbólico, do universo cultural do qual fazem parte, sendo que os instrumentos/signos, a linguagem, as brincadeiras/jogos, os conceitos cotidianos/científicos, são as principais ferramentas culturais envolvidas nos processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nas instituições de Educação Infantil (GOIÂNIA, 2014, p.33).

Assim, é evidente que essa fase inicial da Educação Infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento da criança, pois é nesse período que elas estão passando por uma fase fundamental de aprimoramento da linguagem, que possibilita o surgimento do pensamento verbal, uma das funções mentais superiores mencionadas por Nunes e Silveira.

> A linguagem e as interações sociais são elementos cruciais na formação humana. A linguagem, por sua vez, não é apenas a expressão do pensamento, mas é a criação de imagens e sentidos internos. É um tipo de atividade superior, que se diferencia de ações mais elementares como os reflexos e as atividades limitadas à percepção imediata da realidade. (NUNES e SILVEIRA, 2011, p.108).

Desde os primeiros momentos, as crianças manifestam um interesse inato por tudo ao seu redor, demonstrando uma conexão com o mundo e iniciando o desenvolvi-

mento da linguagem, cognição, corpo físico, emoções e outros aspectos. Levando em consideração esses elementos, fica claro que os ambientes da Educação Infantil têm uma importância crucial no progresso das crianças, pois quando são devidamente organizados, se tornam locais que proporcionam experiências e aprendizados significativos.

Ao planejar e organizar esses ambientes, os profissionais devem cuidadosamente considerar uma estrutura que atenda às necessidades dessa fase da vida. É importante ter em mente que essa não é uma etapa fácil para as crianças, já que os espaços das instituições de Educação Infantil são frequentemente os primeiros lugares que elas frequentam sem a presença de suas famílias.

CONCEITOS DE NATUREZA E CULTURA

A Pedagogia utiliza noções de essência e sociedade para construir uma representação fundamental da fase infantil, a qual é temporal, uma vez que precede a idade adulta. A dimensão temporal é incorporada ao conceito de infância, pois o desenvolvimento físico da criança pode causar confusão entre a natureza humana e a natureza biológica. Além disso, a infância é percebida como a origem individual do ser humano e, simultaneamente, como a origem da humanidade. Isso ocorre porque a infância é considerada o estágio primordial da humanidade e manifesta as características essenciais da natureza humana.

Como sabemos, a escola moderna, isto é, a ideia de escola como pensamos hoje, com regras, disciplinas, conteúdos programáticos, divisão por séries a partir de critérios cronológicos etc., é algo articulado ao surgimento de um novo sentimento dos adultos em relação às crianças, um sentimento que implica cuidados especiais para com os pequenos, e que está na base da noção de infância gerada com o advento da Modernidade [...] (GHIRALDELLI, 1996, p. 19-20).

A criança vivencia sua fase inicial, mas é incumbência do adulto compreender a essência da infância. Contudo, com frequência, as diferenças entre adultos e crianças são reduzidas a uma questão quantitativa, levando o adulto a enxergar a criança como relativamente ou totalmente incapaz de desempenhar tarefas que ele próprio realiza. Essas limitações podem revelar disparidades na estrutura mental entre a criança e o adulto.

Os processos de desenvolvimento infantil são influenciados por diversos fatores, como emoções e contextos sociais, que moldam as conexões neurais que contribuem para a aprendizagem. É fundamental compreender como esses processos se desenrolam ao longo do tempo e interagem em diferentes contextos, a fim de criar ambientes educacionais mais propícios ao aprendizado.

Quando a criança se torna protagonista de seu próprio desenvolvimento, ela assume um papel ativo na sociedade e reconhece sua capacidade de agir no mundo. Para ser protagonista, a criança precisa ser valorizada, encorajada e ter sua voz ouvida. Na área educacional, é responsabilidade do educador adotar uma postura atenta e considerar o princípio da escuta, reconhecendo tanto o que a criança expressa verbalmente quanto o que deixa implícito.

Além do papel do professor, o ambiente educativo também desempenha um papel importante na promoção do protagonismo infantil. Um espaço pedagógico bem estruturado pode oferecer oportunidades e potencializar a autonomia da criança, permitindo que ela tome decisões e participe ativamente de práticas democráticas. Isso estimula a participação tanto da criança quanto da família no processo de aprendizagem.

O PAPEL DAS ARTES E SUA INCORPORAÇÃO NA INFÂNCIA

Uma análise do papel das Expressões Artísticas (ou como é mais comum, da Arte) na vida da sociedade parece desnecessária, pois ninguém questionaria o lugar dado a essa forma específica de atividade humana, que possibilita a apreciação de obras de valor estético inquestionável, criadas ao longo da história da humanidade, capazes de despertar sentimentos e sensações de admiração e reverência em todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm acesso a elas.

No entanto, como pode ser constatado na vasta literatura sobre o assunto, a definição de arte (ou das expressões artísticas, se preferir) está longe de ser uma questão resolvida. A questão da reprodução do mundo por meio de imagens artísticas é perfeitamente aceitável no caso da literatura e das artes visuais, mas mais difícil de ser admitida na música, na dança, na arquitetura e nas artes decorativas (DICKIE, 1974).

Duas definições surgidas no início do século XX são construídas a partir da reflexão sobre a representação como característica definidora da arte. Em um primeiro momento, estabelece-se a arte como uma forma significativa, enquanto em um segundo momento, considera-se como uma expressão de emoções. Ambas minimizam a relação da obra de arte (e, consequentemente, do artista) com a realidade, em favor das qualidades estéticas do objeto artístico em si ou da relação da obra de arte com a mente criativa que a originou.

Essas considerações, com uma clara filiação idealista, podem ser encontradas originalmente nas ideias de beleza e genialidade na teoria da arte de E. Kant. Tanto a definição não focada no objeto quanto a definição orientada para o artista são utilizadas

para distinguir o que é admitido como arte e o que não é, e, portanto, servirão por muito tempo para avaliar (ou rejeitar) os valores estéticos de várias formas de arte progressivas. Apesar dessa intenção de legitimar, cada uma dessas definições é unidimensional e, portanto, incompleta.

A polêmica em torno da definição de arte chegou a sugerir que a verdadeira essência do conceito reside em sua capacidade ilimitada de acomodar mudanças. Por outro lado, foi proposta uma definição institucional de arte, baseada na ideia de que a única característica comum entre as obras de arte é o fato de terem sido reconhecidas como tal por certas instituições em um determinado momento (HONDERICH, 2001). É difícil negar que a inclusão ou exclusão de diferentes obras no âmbito da arte tenha desempenhado outras funções na sociedade, como promover elitismo ou diferenças de classe.

A definição institucional nem sempre é muito convincente para demonstrar o que há de particularmente valioso na arte. A arte (ou o produto artístico) é às vezes considerada boa na medida em que possui um valor puramente estético, independentemente de qualquer valor moral, cognitivo ou utilitário que possa ter. No entanto, a arte também é importante como um meio de compreender o comportamento humano, e o valor de dois produtos artísticos não pode ser separado do domínio da verdade e da moralidade.

A partir de uma concepção filosófica materialista, que abrange desde o engenho do atomismo grego até a complexidade de dois neomarxistas contemporâneos, a arte é uma forma específica de consciência social e de atividade humana, condicionada historicamente. Consiste, portanto, em uma reflexão subjetiva da realidade objetiva por meio de imagens artísticas, que representam dois dos procedimentos mais importantes no processo de apreensão estética do mundo.

Todas as grandes civilizações antigas (Egito, Mesopotâmia, China e Índia) tratam tanto do desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, a partir da base econômica, quanto dos resultados alcançados na superestrutura de suas sociedades, onde a arte ocupa um lugar tão importante quanto a religião ou a organização do Estado.

A integração das Expressões Artísticas na primeira fase da vida oferece inúmeros benefícios, e a participação das crianças em programas e atividades impregnadas de Arte promoverá o desenvolvimento ideal de suas habilidades cognitivas, criativas, sociais e emocionais.

As crianças em idade pré-escolar aprimoram suas habilidades de solução de problemas de forma criativa e aperfeiçoam a coordenação entre seus olhos e mãos por meio da utilização de materiais. Ao apreciar a repetição, os pequenos experimentam a relação de causa e efeito, descobrindo como as partes se conectam ao todo.

O verdadeiro e natural caminho para que o homem realize seu potencial criador..., reside no processo elementar de cada um poder crescer em seu tempo vital e poder amadurecer, de poder integrar-se como ser individual e como ser cultural. (OSTROWER, 1977 p.144)

No que diz respeito ao progresso, as crianças na fase inicial da educação estão começando a combinar habilidades linguísticas aprimoradas com habilidades motoras finas desenvolvidas para criar imagens que têm um valor simbólico profundo para eles. Eles apreciam narrativas longas e envolventes, tanto reais quanto imaginárias. Essas histórias podem surgir de sua fértil imaginação, de experiências vivenciadas ou observadas, ou de suas próprias criações manuais.

As artes visuais englobam uma ampla gama de modalidades visuais que as crianças utilizam para expressar e comunicar-se, além de promover o pensamento crítico e envolver-se em explorações e pesquisas estéticas. O que é considerado como artes visuais é influenciado por valores culturais e sociais. Alguns exemplos comuns incluem pintura, modelagem em argila, escultura, colagem, tecelagem, construção, fotografia, arte vestível, escultura, impressão e formas efêmeras, embora haja muitas outras formas de expressão visual e exploração.

As artes visuais também auxiliam na comunicação entre as crianças, especialmente quando os professores criam oportunidades para que elas trabalhem em projetos compartilhados ou explorem interesses comuns juntas. Essas oportunidades incentivam as crianças a trocar ideias, considerar soluções e desenvolver significados compartilhados por meio da colaboração. Essas experiências também podem estimular o desenvolvimento da linguagem verbal das crianças.

Existem diversas abordagens pelas quais os educadores podem fortalecer sua autoconfiança e conhecimento pedagógico para lecionar artes visuais durante os primeiros anos de ensino. Um ponto de partida crucial é o processo de autorreflexão. Isso pode ser uma jornada individual ou parte de uma investigação conjunta em toda a instituição. Refletir sobre a própria história com as artes visuais permite que os professores identifiquem quando e como sua confiança foi abalada inicialmente. Compartilhar as memórias dessas experiências entre as equipes de ensino possui um valor significativo. Essa estratégia pode ser eficaz para construir uma filosofia compartilhada das artes visuais, decidindo em conjunto como valorizar e integrar as artes visuais no currículo.

O Ensino da Arte na escola orientado pela Abordagem Triangular pretende formar o conhecedor, o decodificador da obra de arte e das imagens do cotidiano ou da cultura visual. Ou seja, este ensino promoverá uma recognição, uma reinvenção dos sujeitos envolvidos e estes se ressocializarão e se humanizarão (BARBOSA, 2010, p. 133).

É crucial que os educadores possuam um conhecimento prático e pedagógico sólido das artes visuais. É de grande importância que eles tenham experiência em explorar materiais artísticos antes de disponibilizá-los às crianças. Os professores podem participar de cursos noturnos ou organizar eventos de desenvolvimento profissional para adquirir novas técnicas e compreensões em relação a diferentes formas de expressão artística.

Tornar-se empático em relação aos desafios envolvidos na criação de arte com diferentes meios torna muito mais fácil apoiar a jornada artística das crianças. Os professores podem então engajar-se em diálogos autênticos com as crianças sobre o processo de criação artística, algo que muitas crianças apreciam. O mesmo pode ser dito em relação ao conhecimento pedagógico. O desenvolvimento profissional que aprofunda a compreensão teórica dos impactos de diferentes abordagens de ensino é uma outra maneira pela qual os professores podem examinar e, possivelmente, reformular sua visão das crianças como aprendizes. Isso, por sua vez, tem um impacto fundamental na forma como eles respondem como educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ateliê é um ambiente repleto de recursos e equipamentos, concebido como um local onde ocorrem investigações e experimentações, trocas de informações, formulação de hipóteses, busca por explicações e desenvolvimento de conceitos.

É um espaço com prateleiras repletas de materiais artísticos, naturais, objetos reciclados e criações tanto das crianças quanto dos adultos. Nele também são exibidos murais com trabalhos realizados, além de fotografias que registram as etapas planejadas e seguidas pelos autores na execução do projeto.

Planejada como um ambiente educacional, toda a escola é estruturada para ser acolhedora e proporcionar oportunidades para que seus frequentadores - crianças, pais e profissionais da escola - estabeleçam conexões tanto com o ambiente quanto entre si. Esse ambiente, visto como uma organização dinâmica em constante transformação, não se limita apenas ao espaço físico, mas também regula a forma como o tempo é estruturado e os papéis que os diferentes atores devem desempenhar.

Seguindo a abordagem do ateliê, os diversos espaços da escola devem ser preparados para atender às demandas das atividades realizadas no local. Os materiais também devem ser criados e selecionados de acordo com o contexto em que serão utilizados. Além disso, é necessário pensar nos deslocamentos entre os espaços, de forma a facilitar o percurso e a visibilidade. Essas são condições físicas de um ambiente que promovem relacionamentos, interações e uma aprendizagem construtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, Stela. Interações: Onde está a Arte na Infância. São Paulo: Blucher, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2006.

COCITO, Renata Pavesi. Do espaço ao lugar - contribuições para a qualificação dos espaços para bebês e crianças pequenas / Renata Pavesi Cocito. - Presidente Prudente: 2017.

DICKIE, G. Arte e Estética. Nova York: Ithaca. 1974.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. Infâncias e crianças em cena: por uma política de educação infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia. – Goiânia: SME, DEPE, DEI, 2014.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM: processos, teorias e contextos. – 3. ed. – Brasília: Liber Livro, 2011.
OLIVEIRA, Zilma de Morais Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos / Zilma de Morais Ramos de Oliveira. - 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção Docência em Formação).

OSTROWER, Fayga. Criatividade e Processos de Criação. Editora Vozes. RJ. 187p. 1977.